

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	11
DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	12
Demonstração do Valor Adicionado	13
Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	19
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	46
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	47

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	48
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	50
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	52

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	0,11135
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe C	0,11135
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,11135
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe A	0,07894
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe C	0,07894
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2013	Dividendo		Ordinária		0,07894

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.348.445	1.347.727
1.01	Ativo Circulante	58.809	33.636
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	35.644	6.023
1.01.03	Contas a Receber	18.205	23.328
1.01.03.01	Clientes	580	549
1.01.03.01.01	Concessionárias	580	549
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	17.625	22.779
1.01.03.02.01	Rendas a receber	17.625	22.779
1.01.04	Estoques	3.986	3.729
1.01.06	Tributos a Recuperar	467	453
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	467	453
1.01.07	Despesas Antecipadas	197	5
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	310	98
1.01.08.03	Outros	310	98
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	0	19
1.01.08.03.02	Outros créditos	310	79
1.02	Ativo Não Circulante	1.289.636	1.314.091
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	587	1.117
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	587	1.117
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	587	1.117
1.02.03	Imobilizado	1.263.475	1.286.836
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.228.714	1.255.861
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	34.761	30.975
1.02.04	Intangível	25.574	26.138
1.02.04.01	Intangíveis	25.574	26.138
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	12.471	12.957
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	449	508
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	12.654	12.673

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.348.445	1.347.727
2.01	Passivo Circulante	76.417	95.746
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.806	2.286
2.01.01.01	Obrigações Sociais	389	263
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.417	2.023
2.01.02	Fornecedores	2.738	4.850
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.738	4.850
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.145	21.258
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.064	21.181
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	11.152	9.477
2.01.03.01.02	Outros	1.912	11.704
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	70	20
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	11	57
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.289	11.849
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	13.289	11.849
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	13.289	11.849
2.01.05	Outras Obrigações	39.764	47.988
2.01.05.02	Outros	39.764	47.988
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	34.369	43.330
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	4.280	3.894
2.01.05.02.05	Encargos regulamentares e setoriais	581	348
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	534	416
2.01.06	Provisões	5.675	7.515
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	26	19
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	26	19
2.01.06.02	Outras Provisões	5.649	7.496
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	5.649	7.496
2.02	Passivo Não Circulante	144.937	142.710
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	76.647	73.624
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	76.647	73.624
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	76.647	73.624
2.02.02	Outras Obrigações	40.933	40.433
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	154	487
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	138	487
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	16	0
2.02.02.02	Outros	40.779	39.946
2.02.02.02.04	Encargos regulamentares e setoriais	616	334
2.02.02.02.05	Uso do bem público	40.163	39.612
2.02.03	Tributos Diferidos	12.313	14.618
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.313	14.618
2.02.04	Provisões	15.044	14.035
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.789	7.086
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	552	1.746
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.113	957
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	6.124	4.383
2.02.04.02	Outras Provisões	7.255	6.949

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	7.255	6.949
2.03	Patrimônio Líquido	1.127.091	1.109.271
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	258.858	290.607
2.03.04.01	Reserva Legal	26.693	26.693
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	137.596	127.845
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	41.500
2.03.04.10	Reserva de Investimento	94.569	94.569
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	49.301	-268

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	49.055	147.247	63.629	190.841
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.836	-35.967	-12.179	-34.701
3.02.01	Custo com energia elétrica	-301	-1.122	-379	-1.066
3.02.02	Custo de operação	-12.535	-34.845	-11.800	-33.635
3.03	Resultado Bruto	36.219	111.280	51.450	156.140
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.539	-13.894	-3.271	-11.897
3.04.01	Despesas com Vendas	0	11	-6	-22
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.498	-12.720	-3.788	-11.517
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-4.383	-12.360	-3.642	-11.079
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-115	-360	-146	-438
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.041	-1.185	523	-358
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	30.680	97.386	48.179	144.243
3.06	Resultado Financeiro	-10.018	-23.048	-12.261	-26.868
3.06.01	Receitas Financeiras	1.085	1.763	804	1.140
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.103	-24.811	-13.065	-28.008
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	20.662	74.338	35.918	117.375
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.037	-24.769	-15.041	-44.766
3.08.01	Corrente	-4.750	-27.075	-16.231	-46.064
3.08.02	Diferido	-2.287	2.306	1.190	1.298
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.625	49.569	20.877	72.609
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	13.625	49.569	20.877	72.609
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00886	0,03224	0,01358	0,04722
3.99.01.02	PNR	0,00563	0,02048	0,00863	0,03000
3.99.01.03	PNA	0,00036	0,00131	0,00055	0,00191
3.99.01.04	PNB	0,00011	0,00041	0,00017	0,00061
3.99.01.05	PNC	0,00236	0,00859	0,00362	0,01259

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00886	0,03224	0,01358	0,04722
3.99.02.02	PNR	0,00563	0,02048	0,00863	0,03000
3.99.02.03	PNA	0,00036	0,00131	0,00055	0,00191
3.99.02.04	PNB	0,00011	0,00041	0,00017	0,00061
3.99.02.05	PNC	0,00236	0,00859	0,00362	0,01259

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	13.625	49.569	20.877	72.609
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2	2	2	2
4.02.01	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	3	3	3	3
4.02.02	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	-1	-1	-1	-1
4.03	Resultado Abrangente do Período	13.627	49.571	20.879	72.611

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	89.666	130.451
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	129.231	173.611
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	74.338	117.375
6.01.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	-11	17
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	27.791	26.734
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	37	1.419
6.01.01.07	Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	0	3.608
6.01.01.08	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	8.366	16.181
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	3.669	3.830
6.01.01.10	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	75	44
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	5.372	1.094
6.01.01.12	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	306	903
6.01.01.13	Ajuste a valor presente	7.946	2.398
6.01.01.16	Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	1.365	24
6.01.01.17	Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	-1	0
6.01.01.18	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-22	-16
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-39.565	-43.160
6.01.02.01	Concessionárias	-20	-74
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-823	-1.686
6.01.02.03	Rendas a receber	5.154	-5.909
6.01.02.04	Estoques	-257	1.022
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	550	-69
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-192	600
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-231	-29
6.01.02.08	Fornecedores	-2.112	-1.716
6.01.02.09	Outros tributos e contribuições sociais	-8.440	-113
6.01.02.10	Benefícios pós-emprego	91	81
6.01.02.11	Obrigações estimadas com pessoal	-480	702
6.01.02.12	Encargos regulamentares e setoriais	-850	-42
6.01.02.13	Provisões	-6.672	-2.727
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	118	-27
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-25.401	-33.173
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.978	-2.484
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-3.978	-4.039
6.02.02	Recebimento de caixa por indenização de seguros	0	1.555
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-56.067	-56.656
6.03.01	Partes relacionadas	-333	-105
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-11.849	-53.996
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-41.153	0
6.03.07	Uso do bem público	-2.732	-2.555

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	29.621	71.311
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.023	3.314
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	35.644	74.625

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	290.607	0	0	1.109.539
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-268	0	-268
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	290.607	-268	0	1.109.271
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-31.751	0	0	-31.751
5.04.09	Dividendo adicional aprovado	0	0	-31.751	0	0	-31.751
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	2	49.569	0	49.571
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	49.569	0	49.569
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	2	0	0	2
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	3	3
5.05.02.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	-1	-1
5.05.02.09	Transferência para Reserva de lucros	0	0	2	0	-2	0
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	258.858	49.301	0	1.127.091

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	266.708	0	-171	1.085.469
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-171	0	171	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	266.537	0	0	1.085.469
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.053	0	0	-22.053
5.04.08	Dividendo adicional proposto	0	0	-22.053	0	0	-22.053
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	2	72.609	0	72.611
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	72.609	0	72.609
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	2	0	0	2
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	3	3
5.05.02.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	-1	-1
5.05.02.09	Transferência para Reserva de lucros	0	0	2	0	-2	0
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	244.486	72.609	0	1.136.027

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	167.867	212.820
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	163.878	210.346
7.01.02	Outras Receitas	0	7
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	3.978	2.484
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	11	-17
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-17.240	-12.973
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-77	-36
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.933	-11.280
7.02.04	Outros	-4.230	-1.657
7.02.04.01	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-1.159	-1.138
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-3.071	-519
7.03	Valor Adicionado Bruto	150.627	199.847
7.04	Retenções	-27.865	-27.956
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-27.865	-27.956
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	122.762	171.891
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.763	1.140
7.06.02	Receitas Financeiras	1.763	1.140
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	124.525	173.031
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	124.525	173.031
7.08.01	Pessoal	7.480	7.477
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.828	5.960
7.08.01.02	Benefícios	1.227	1.142
7.08.01.03	F.G.T.S.	425	375
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	42.324	64.583
7.08.02.01	Federais	41.885	64.377
7.08.02.02	Estaduais	331	97
7.08.02.03	Municipais	108	109
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	25.152	28.362
7.08.03.01	Juros	24.811	28.008
7.08.03.02	Aluguéis	341	354
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	49.569	72.609
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	49.569	72.609

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO (*)

(*) Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luiz Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luiz Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	unidade	Saldos		
		9M13	12M12	Var. %
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.348.445	1.347.727	0,1%
Patrimônio líquido	R\$ mil	1.127.091	1.109.271	1,6%
Dívida líquida	R\$ mil	54.292	79.450	-31,7%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,05	0,070	-28,6%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	0,31	0,36	-13,8%

Resultados		3º Trimestre			09 meses		
		2013	2012	Var. %	2013	2012	Var. %
Receita Líquida	R\$ mil	49.055	63.629	-22,9%	147.247	190.841	-22,8%
Gastos gerenciáveis (incluindo depreciação)	R\$ mil	(18.037)	(15.027)	20,0%	(48.558)	(45.330)	7,1%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	(338)	(423)	-20,1%	(1.303)	(1.268)	2,8%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	30.680	48.179	-36,3%	97.386	144.243	-32,5%
EBITDA	R\$ mil	39.936	57.316	-30,3%	125.177	170.977	-26,8%
Resultado financeiro	R\$ mil	(10.018)	(12.261)	-18,3%	(23.048)	(26.868)	-14,2%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	20.662	35.918	-42,5%	74.338	117.375	-36,7%
Lucro líquido	R\$ mil	13.625	20.877	-34,7%	49.569	72.609	-31,7%
Margens							
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	81,41%	90,08%	-8,67 p.p.	85,01%	89,59%	-4,58 p.p.
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	27,77%	32,81%	-5,04 p.p.	33,66%	38,05%	-4,39 p.p.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

No 3T13, a Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 6,5 GWh, 16,4% inferior quando comparado a 7,8 GWh registrado no mesmo período do ano anterior devido a menor vazão afluyente neste 3T13.

No acumulado do ano, a UHE Lajeado gerou 32,1 GWh 13,1% inferior comparado a 36,9 GWh dos 09 meses de 2012 em função do cenário hidrológico desfavorável, impactando em uma menor disponibilidade de água nos primeiros meses de 2013. Frente a este cenário, o ONS despachou menos energia na usina UHE Lajeado nos três primeiros meses de 2013, comparado ao mesmo período de 2012.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

A **Receita Operacional Líquida**, composta, de receita de arrendamento e venda de energia, atingiu R\$ 49,1 milhões em 30 de setembro de 2013, decréscimo de 22,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução de R\$ 14,6 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. No acumulado do ano, a receita operacional líquida foi de R\$ 147,2 milhões, 22,8% inferior ao mesmo período do ano anterior.

Demonstração do Resultado do Período	3T13	3T12	var. %	9M13	9M12	var. %
Receita operacional bruta	54.595	70.133	-22,2%	163.878	210.346	-22,1%
(-) Deduções à receita operacional	(5.540)	(6.504)	-14,8%	(16.631)	(19.505)	-14,7%
(=) Receita operacional líquida	49.055	63.629	-22,9%	147.247	190.841	-22,8%
Gastos não gerenciáveis	(338)	(423)	-20,1%	(1.303)	(1.268)	2,8%
Energia elétrica comprada para revenda	51	(32)	-259,4%	(70)	(33)	112,1%
Encargos de uso da rede elétrica	(352)	(347)	1,4%	(1.052)	(1.033)	1,8%
Outros gastos não gerenciáveis	(37)	(44)	-15,9%	(181)	(202)	-10,4%
Margem bruta	48.717	63.206	-22,9%	145.944	189.573	-23,0%
Gastos gerenciáveis	(8.781)	(5.890)	49,1%	(20.767)	(18.596)	11,7%
Pessoal	(3.315)	(3.052)	8,6%	(8.202)	(8.752)	-6,3%
Materiais e serviços de terceiros	(4.110)	(2.681)	53,3%	(9.809)	(7.792)	25,9%
Arrendamentos e aluguéis	(168)	(131)	28,2%	(318)	(354)	-10,2%
Provisões e contingências	(572)	(6)	9433,3%	(993)	(181)	448,6%
Outros gastos gerenciáveis	(616)	(20)	2980,0%	(1.445)	(1.517)	-4,7%
EBITDA	39.936	57.316	-30,3%	125.177	170.977	-26,8%
Depreciação e amortização	(9.256)	(9.137)	1,3%	(27.791)	(26.734)	4,0%
Resultado financeiro	(10.018)	(12.261)	-18,3%	(23.048)	(26.868)	-14,2%
Imposto de renda e contribuição social	(7.037)	(15.041)	-53,2%	(24.769)	(44.766)	-44,7%
Lucro líquido	13.625	20.877	-34,7%	49.569	72.609	-31,7%

Comentário do Desempenho

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada, encargos de uso da rede elétrica e outros gastos) totalizaram R\$ 338 mil no terceiro trimestre do ano de 2013, decréscimo de 20,1% quando comparado aos R\$ 423 mil no mesmo período do ano anterior. Em virtude, principalmente, do estorno da provisão de R\$ 76,7 constituída em 30/06/2013, relativo ao Encargo do Serviço do Sistema – ESS, em decorrência da obtenção de liminar que desonerou os associados da APINE do rateio do custo do referido encargo e classificação de risco processual favorável à Companhia. Nos nove meses de 2013, a variação dos gastos não gerenciáveis totaliza R\$ 35 mil entre os períodos.

Os **Gastos Gerenciáveis** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas, provisões para contingências e devedores duvidosos aumentaram R\$ 2,9 milhões ou 49,1% entre os trimestres em função, principalmente, no grupo de serviços nas rubricas de reparo e conservação do sistema elétrico devido aos gastos realizados com manutenção de uma unidade geradora adicional no 2T13 refletidos no 3T13 (ao final de 2013 serão três unidades geradoras frente duas unidades geradoras em 2012) acrescidos dos maiores gastos em serviços de informática e meio ambiente. Nos nove meses de 2013 o acréscimo totalizou R\$ 2,2 milhões ou aumento de 11,7% frente aos nove meses de 2012.

No 3T13, o **EBITDA** atingiu R\$ 39,9 milhões, redução de 30,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Nos primeiros nove meses de 2013, o EBITDA atingiu R\$ 125,2 milhões, queda de 26,8% em relação ao ano anterior. Em ambos os períodos analisados, a redução ocorreu, principalmente, função do menor valor do coeficiente de ajuste registrado na Receita Operacional.

O **Resultado Financeiro** líquido no 3T13 foi negativo em R\$ 10,0 milhões, 18,3% inferior ao 3T12. No trimestre, a variação é explicada, na sua maioria, pelos seguintes fatores:

- (i) +R\$ 4,6 MM na variação em virtude do reconhecimento dos dividendos adicionais das ações preferenciais classes “A”, “B” e “C” (CPC 39) maiores em 2012 e menores em 2013.
- (ii) +R\$ 3,2 MM pela não ocorrência em despesa financeira no 3T13 em função da quitação dos contratos de mútuo no ano de 2012.
- (iii) -R\$ 3,9 MM em virtude da atualização monetária da ação de contingências do alagamento do terreno da Usina;
- (iv) -R\$ 2,0 MM de despesa de atualização monetária uso do bem público entre os períodos devido ao maior IPCA em 2013.

No acumulado do ano, o resultado financeiro líquido totalizou R\$ 23,0 milhões, redução de 14,8% frente ao mesmo período do ano anterior.

No 3T13, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 13,6 milhões, 34,8% inferior frente ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, o **Lucro Líquido** totalizou R\$ 49,6 milhões com redução de 31,7% frente ao acumulado do ano de 2012.

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta totalizou R\$ 89,9 milhões em 30 de setembro de 2013, composta na sua totalidade pelo ajuste a valor presente das ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39 classificados como encargos de dívidas.

Endividamento	9M13	6M13	var.%	9M13	12M12	var.%
Dívida bruta	89.936	96.430	-6,7%	89.936	85.473	5,2%
(-) Disponibilidades	(35.644)	(59.937)	-40,5%	(35.644)	(6.023)	491,8%
(=) Dívida líquida	54.292	36.493	48,8%	54.292	79.450	-31,7%

A dívida líquida, considerando o valor de R\$ 35,6 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 54,3 milhões em 30 de setembro de 2013, decréscimo de 31,7% em relação a dezembro de 2012 e aumento de 48,8% em relação a 30 de junho de 2013. Essa redução nos 9M13 deve-se a menor geração de caixa no período.

A relação dívida líquida/EBITDA encerrou o período em 0,31 vezes frente a 0,36 vezes em dezembro de 2012 e 0,12 vezes em 30 de setembro de 2012.

AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), em abril de 2013, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias do exercício de 2013. A PwC iniciou a prestação de serviços em abril de 2013.

Durante o processo de contratação da PwC, a Companhia considerou a natureza dos serviços não relacionados a auditoria que a PwC e suas firmas afiliadas já estavam prestando à Companhia. Estes serviços incluíam um contrato de prestação de serviços relacionados à folha de pagamento no montante de R\$0,07 milhão, originalmente contratado em 1º de novembro de 2012, o que representa 42% do total do contrato de auditoria externa acima referido.

A Companhia e a PwC decidiram encerrar este contrato assim que praticável, e os serviços foram concluídos em 24 setembro de 2013. Enquanto o contrato estava em fase de descontinuação, a Companhia e a PwC adotaram medidas específicas de salvaguarda para reduzir as ameaças à independência.

Estas medidas incluíam a segregação entre a equipe de prestação de serviços de folha de pagamento e a equipe de prestação de serviços de auditoria externa, e está em fase de contratação, por parte da administração do Grupo EDP, outra empresa de auditoria para assegurar o adequado funcionamento do sistema de folha de pagamento no período em que a mesma foi processada pela afiliada da PwC.

Comentário do Desempenho

No entendimento da administração, as medidas de salvaguarda adotadas foram adequadas para preservar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/09/2013	31/12/2012
Circulante			Reclassificado
Caixa e equivalentes de caixa	4	35.644	6.023
Rendas a receber	6	17.625	22.779
Concessionárias	5	580	549
Impostos e contribuições sociais	7	467	453
Estoques		3.986	3.729
Cauções e depósitos vinculados			19
Despesas pagas antecipadamente		197	5
Outros créditos		310	79
		<u>58.809</u>	<u>33.636</u>
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados		587	1.117
		<u>587</u>	<u>1.117</u>
Imobilizado	10	1.263.475	1.286.836
Intangível	11	25.574	26.138
		<u>1.289.049</u>	<u>1.312.974</u>
Total do ativo		<u>1.348.445</u>	<u>1.347.727</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/09/2013	31/12/2012
Circulante			Reclassificado
Fornecedores	12	2.738	4.850
Impostos e contribuições sociais	7	13.145	21.258
Dividendos		34.369	43.330
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	13.289	11.849
Benefícios pós-emprego	17	26	19
Obrigações estimadas com pessoal		1.806	2.286
Encargos regulamentares e setoriais	14	581	348
Uso do bem público	15	4.280	3.894
Provisões	16	5.649	7.496
Outras contas a pagar		534	416
		<u>76.417</u>	<u>95.746</u>
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	12.313	14.618
Empréstimos e financiamentos	13	76.647	73.624
Benefícios pós-emprego	17	1.113	957
Partes relacionadas	9	154	487
Encargos regulamentares e setoriais	14	616	334
Uso do bem público	15	40.163	39.612
Provisões	16	13.931	13.078
		<u>144.937</u>	<u>142.710</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	18.1	804.459	804.459
Reservas de capital	18.3.1	14.473	14.473
Reservas de lucros	18.3.3	258.858	290.607
Lucros (Prejuízos) acumulados		49.301	(268)
		<u>1.127.091</u>	<u>1.109.271</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.348.445</u>	<u>1.347.727</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM
 (Em milhares de reais)

Nota	01/07/2013 à 30/09/2013	01/01/2013 à 30/09/2013	01/07/2012 à 30/09/2012 Reclassificado	01/01/2012 à 30/09/2012 Reclassificado
Receitas	19	49.055	147.247	63.629 190.841
Custo da produção e do serviço de energia elétrica				
Custo do serviço de energia elétrica	20			
Energia elétrica comprada para revenda	51	(70)	(32)	(33)
Encargos de uso da rede elétrica	(352)	(1.052)	(347)	(1.033)
	(301)	(1.122)	(379)	(1.066)
Custo de operação	20			
Pessoal	(1.910)	(4.457)	(1.870)	(4.823)
Materiais e serviços de terceiros	(1.480)	(2.905)	(921)	(2.460)
Depreciações e amortizações	(9.141)	(27.431)	(8.991)	(26.296)
Outros custos de operação	(4)	(52)	(18)	(56)
	(12.535)	(34.845)	(11.800)	(33.635)
	(12.836)	(35.967)	(12.179)	(34.701)
Custo do serviço prestado a terceiros				
Lucro bruto		36.219	111.280	51.450 156.140
Despesas e Receitas operacionais	20			
Despesas com vendas		11	(6)	(22)
Despesas gerais e administrativas	(4.383)	(12.360)	(3.642)	(11.079)
Depreciações e amortizações	(115)	(360)	(146)	(438)
Outras despesas e receitas operacionais	(1.041)	(1.185)	523	(358)
	(5.539)	(13.894)	(3.271)	(11.897)
Resultado antes de resultado financeiro e tributos		30.680	97.386	48.179 144.243
Resultado das participações societárias				
Receitas financeiras	1.085	1.763	804	1.140
Despesas financeiras	(11.103)	(24.811)	(13.065)	(28.008)
Resultado financeiro	21	(10.018)	(23.048)	(12.261) (26.868)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		20.662	74.338	35.918 117.375
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.750)	(27.075)	(16.231)	(46.064)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.287)	2.306	1.190	1.298
	(7.037)	(24.769)	(15.041)	(44.766)
Resultado líquido do período		13.625	49.569	20.877 72.609
Atribuível aos acionistas		13.625	49.569	20.877 72.609
Atribuível aos acionistas não controladores				
Resultado por ação atribuível aos acionistas				
Resultado básico por ação (Reais / Ação)	23			
ON		0,00886	0,03224	0,01358 0,04722
PNR		0,00563	0,02048	0,00863 0,03000
PNA		0,00036	0,00131	0,00055 0,00191
PNB		0,00011	0,00041	0,00017 0,00061
PNC		0,00236	0,00859	0,00362 0,01259
Resultado diluído por ação (Reais / Ação)	23			
ON		0,00886	0,03224	0,01358 0,04722
PNR		0,00563	0,02048	0,00863 0,03000
PNA		0,00036	0,00131	0,00055 0,00191
PNB		0,00011	0,00041	0,00017 0,00061
PNC		0,00236	0,00859	0,00362 0,01259

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 (Em milhares de reais)

Nota	01/07/2013 à 30/09/2013	01/01/2013 à 30/09/2013	01/07/2012 à 30/09/2012 Reclassificado	01/01/2012 à 30/09/2012 Reclassificado
Lucro líquido do período	13.625	49.569	20.877	72.609
Outros resultados abrangentes	18.3.2			
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	3	3	3	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1)	(1)	(1)	(1)
Resultado abrangente do período	13.627	49.571	20.879	72.611
Atribuível aos acionistas controladores				
Atribuível aos acionistas não controladores				

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE
 (Em milhares de reais)

	2013	2012
		Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	74.338	117.375
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(11)	17
Depreciações e amortizações	27.791	26.734
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	37	1.419
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos		3.608
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	8.366	16.181
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	3.669	3.830
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	75	44
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	5.372	1.094
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	306	903
Ajuste a valor presente	7.946	2.398
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	1.365	24
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(1)	
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(22)	(16)
	129.231	173.611
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	(20)	(74)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(823)	(1.686)
Estoques	(257)	1.022
Cauções e depósitos vinculados	550	(69)
Despesas pagas antecipadamente	(192)	600
Rendas a receber	5.154	(5.909)
Outros ativos operacionais	(231)	(29)
	4.181	(6.145)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(2.112)	(1.716)
Outros tributos e contribuições sociais	(8.440)	(113)
Benefícios pós-emprego	91	81
Obrigações estimadas com pessoal	(480)	702
Encargos regulamentares e setoriais	(850)	(42)
Provisões	(6.672)	(2.727)
Outros passivos operacionais	118	(27)
	(18.345)	(3.842)
Caixa proveniente das atividades operacionais	115.067	163.624
Imposto de renda e contribuição social pagos	(25.401)	(33.173)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	89.666	130.451
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimento de caixa por indenização de seguros		1.555
Adições ao Imobilizado e Intangível	(3.978)	(4.039)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.978)	(2.484)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(333)	(105)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(41.153)	
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(11.849)	(53.996)
Encargos de dívidas líquido de derivativos		
Uso do bem público	(2.732)	(2.555)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(56.067)	(56.656)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	29.621	71.311
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	35.644	74.625
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6.023	3.314
	29.621	71.311

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 e 2012
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	804.459	14.473	266.708	(171)	-	1.085.469
Ajuste de exercícios anteriores			(171)	171		
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (Reclassificado)	804.459	14.473	266.537			1.085.469
Dividendo adicional aprovado - AGO 12/04/2012			(22.053)		72.609	(22.053)
Lucro líquido do período						72.609
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				3		3
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(1)		(1)
Transferência para reservas de lucros			2	(2)		
Saldos em 30 de setembro de 2012	804.459	14.473	244.486	-	72.609	1.136.027
Saldos em 31 de dezembro de 2012	804.459	14.473	290.607	-	-	1.109.539
Ajuste de exercícios anteriores					(268)	(268)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reclassificado)	804.459	14.473	290.607	-	(268)	1.109.271
Dividendo adicional aprovado - AGO 08/04/2013 (nota 18.2.1)			(31.751)		49.569	(31.751)
Lucro líquido do período						49.569
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				3		3
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(1)		(1)
Transferência para reservas de lucros			2	(2)		
Saldos em 30 de setembro de 2013	804.459	14.473	258.858	-	49.301	1.127.091

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE
 (Em milhares de reais)

	2013	2012
		Reclassificado
Geração do valor adicionado	167.867	212.820
Receita operacional	163.878	210.346
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	11	(17)
Receita relativa à construção de ativos próprios	3.978	2.484
Outras receitas		7
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(17.240)	(12.973)
Custos da energia comprada	(77)	(36)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.159)	(1.138)
Materiais	(1.648)	(2.936)
Serviços de terceiros	(11.285)	(8.344)
Outros custos operacionais	(3.071)	(519)
Valor adicionado bruto	150.627	199.847
Retenções		
Depreciações e amortizações	(27.865)	(27.956)
Valor adicionado líquido produzido	122.762	171.891
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.763	1.140
Resultado da equivalência patrimonial		
Valor adicionado total a distribuir	124.525	173.031
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	5.828	5.960
Benefícios	1.227	1.142
FGTS	425	375
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	41.885	64.377
Estaduais	331	97
Municipais	108	109
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	24.811	28.008
Aluguéis	341	354
	74.956	100.422
Lucros retidos	49.569	72.609
	124.525	173.031

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, com sede em Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (Contrato de Concessão).

A Companhia detém o direito de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A., titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

1.1 Capital Circulante Líquido

O capital circulante líquido da Companhia foi negativo em R\$17.608 em 30 de setembro de 2013. O capital circulante líquido corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, uma vez que a Companhia recebe recursos suficientes dos contratos de arrendamento assinados com seus acionistas controladores para pagar os compromissos previstos no curto prazo.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias em 28 de outubro de 2013.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2012, exceto pelos CPC's revisados que entraram em vigor em 2013 e que introduzem algumas modificações nas práticas contábeis adotadas até o exercício anterior, conforme mencionado na nota 2.2.2.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas, uma vez que seu conteúdo não tem alteração e, no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2012. Conseqüentemente, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais publicadas em 05 de março de 2013. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número NE	Título da Nota explicativa
1.1	Concessão
2.2	Resumo das principais práticas contábeis
10	Estoques
11	Cauções e depósitos vinculados
18	Obrigações estimadas com pessoal
30	Seguros
31	Meio ambiente

2.1.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias da Companhia são apresentadas na moeda funcional Real. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período findo em 30 de setembro de 2013, portanto não foram aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

2.2.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros

As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de "atualmente possui o direito legal de compensar" e "realização e liquidação simultâneas". As alterações são aplicáveis para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2014, com adoção retroativa exigida.

IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros

O IASB publicou alterações ao IAS 36 relativas à divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros. As alterações introduzidas pelo IAS 36 exigem que a entidade deverá divulgar o valor recuperável dos ativos depreciados, que é baseado no valor justo menos os custos de alienação.

As alterações devem ser aplicadas retroativamente para os períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2014.

IFRIC 21 - Impostos

O IASB emitiu a IFRIC 21: Impostos, uma interpretação sobre a contabilização de impostos estabelecida pelos governos. A interpretação foi desenvolvida pelo Comitê de Interpretações do IFRS ('Comitê de Interpretações'), o corpo interpretativo do IASB.

A IFRIC 21 é uma interpretação do IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O IAS 37 estabelece critérios para o reconhecimento de um passivo, um dos quais é a exigência de que a entidade tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado (conhecido como fato gerador da obrigação). Esta interpretação clarifica que o fato gerador da obrigação que dá origem a uma obrigação de pagar uma taxa é a atividade descrita na legislação pertinente que desencadeia o pagamento da taxa.

A IFRIC 21 é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2014.

2.2.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2013.

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19)

A revisão contempla substancialmente alterações introduzidas no texto da IAS 19. As principais modificações desta norma referem-se aos planos de benefícios definidos: (i) a eliminação da utilização do "método do corredor" passando a vigorar somente o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais na data das demonstrações contábeis em Outros Resultados Abrangentes, (prática esta já utilizada pela Companhia desde a adoção inicial ao IFRS, em 2010), (ii) reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados, e (iii) reconhecimento da despesa/receita financeira do plano que passa a ser reconhecido pelo valor líquido com base na taxa de desconto.

As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa.

Conforme previsto no CPC 23, mudanças de práticas contábeis requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com o período atual, às mesmas práticas contábeis, como se estivessem em vigor a partir do início do período mais antigo apresentado, sendo o ajuste registrado em Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Os impactos são:

(i) redução no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2012 no valor de R\$425, em contrapartida, da amortização do custo do serviço passado no valor de R\$19 por ano que ocorreria, no prazo médio, por mais 21 exercícios não impactará mais a despesa.

(ii) redução da despesa de Pessoal do exercício de 2012 em R\$19, quando apresentado de forma comparativa com as Demonstrações Financeiras para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013. Para o período findo em 30 de setembro de 2013 o efeito foi de R\$15.

(iii) aumento da despesa com imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$6 decorrente do ajuste em despesa de Pessoal.

CPC 46 Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma resultou em uma divulgação mais abrangente das informações contábeis intermediárias.

2.3 Reclassificações dos períodos anteriores

(a) Mudança de prática

O CPC 33 (R1) trouxe mudanças de práticas contábeis para a Companhia e portanto para fins de comparabilidade foram feitos ajustes retroativos para atendimento das mudanças de práticas contábeis para melhor apresentação nos valores anteriormente divulgados.

(b) Reclassificações

A natureza das reclassificações são: (i) a apresentação líquida de ativos e passivos dos tributos sobre o lucro conforme requerido pelo CPC 32, e (ii) a apresentação líquida de ativos e passivos dos tributos conforme requerido pela Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.3.1 Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial					
31/12/2012					
Ativo	Publicado	CPC 32 - Tributo sobre o Lucro	Reclassifica- ções	Saldo ajustado	
Ativo Circulante					
Impostos e contribuições sociais	28.848	(28.224)	(171)	453	
Total do ativo	1.376.122	(28.224)	(171)	1.347.727	
31/12/2012					
Passivo	Publicado	CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	CPC 32 - Tributo sobre o Lucro	Reclassifica- ções	Saldo ajustado
Circulante					
Impostos e contribuições sociais	49.653		(28.224)	(171)	21.258
Não Circulante					
Impostos e contribuições sociais diferidos	14.756	(138)			14.618
Benefícios pós-emprego	551	406			957
Patrimônio Líquido					
Lucros acumulados		(268)			(268)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.376.122	-	(28.224)	(171)	1.347.727

2.3.2 Demonstração do resultado

Demonstração do Resultado						
01/07/2012 à 30/09/2012			01/01/2012 à 30/09/2012			
	Informado	CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Saldo ajustado	Informado	CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Saldo ajustado
Despesas e Receitas operacionais						
Despesas gerais e administrativas	(3.647)	5	(3.642)	(11.094)	15	(11.079)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	48.174	5	48.179	144.228	15	144.243
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	35.913	5	35.918	117.360	15	117.375
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.192	(2)	1.190	1.304	(6)	1.298
Resultado líquido antes da participação dos acionistas não controladores e partes beneficiárias	20.874	3	20.877	72.600	9	72.609
Resultado líquido do período	20.874	3	20.877	72.600	9	72.609

2.3.3 Demonstração do fluxo de caixa

CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados - Ajuste de R\$15 no Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social devido ao reconhecimento dos custos dos serviços passados.

Reclassificações para melhor classificação - (i) Reclassificação da atualização monetária dos créditos de impostos e contribuições sociais no valor de R\$16, para impostos e contribuições sociais - atualização monetária nos passivos operacionais; e (ii) Reclassificação das Despesas pagas antecipadamente no valor de R\$630, anteriormente alocadas nas atividades operacionais para os ativos operacionais.

2.3.4 Demonstração do valor adicionado

Para adequação ao CPC 09 realizamos as seguintes reclassificações: (i) da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado no valor de R\$2.484 anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas dos Insumos adquiridos de terceiros: R\$2.388 referente a Materiais, R\$994 referente a Serviços de terceiros; R\$985 em outros Custos Operacionais e R\$87 referente a Remuneração direta ; (ii) reclassificação dos Créditos de PIS e COFINS da rubrica de Insumos adquiridos de terceiros no valor de R\$229 (R\$105 referente a Encargos de uso da rede elétrica, R\$24 referente a Materiais e R\$97 referente a Serviços de terceiros) e das Depreciações e amortizações no valor de R\$1.222, para os Impostos Federais alocados na Distribuição do valor adicionado no valor total de R\$1.451.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3 Eventos significativos no período

3.1 Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração e comercialização do Grupo EDP, através da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE, da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica – ABRACEEL, da Associação Brasileira de Geradores Termelétricas – ABRAGET, ajuizaram ações judiciais visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica dos custos do despacho adicional de usinas termelétricas por razão de segurança energética, em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema – ESS).

Entre maio/2013 e junho/2013 foram concedidas liminares no âmbito das ações ordinárias ajuizadas pelas Associações representantes dos agentes de geração e agentes comercializadores, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de inclui-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº03/2013.

Em agosto, o Tribunal Regional Federal deferiu o pedido da União para suspender os efeitos da liminar reestabelecendo a eficácia dos arts 2º e 3º da Resolução CNPE 03/2013 para os associados da ABRACEEL. No âmbito da ação ajuizada pela APINE, o TRF decidiu pela sua manutenção até julgamento final do recurso interposto pela União.

Os assessores jurídicos responsáveis pelos processos classificaram o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constitui provisão.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2013	31/12/2012
Bancos conta movimento	5.306	6.023
Aplicações financeiras - renda fixa	30.338	
Total	35.644	6.023

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures, remunerados a taxas que variam de 93,0% a 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.

5 Concessionárias

	Saldos vincendos	Total	PCLD	Saldo líquido em 30/09/2013	Saldo líquido em 31/12/2012
Circulante					
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	526	526		526	472
Energia de curto prazo	3	3		3	18
Encargos de uso da rede elétrica	51	51		51	59
	580	580	-	580	549
Total Circulante	580	580	-	580	549
Não circulante					
Concessionárias					
Energia de curto prazo	25	25	(25)		
	25	25	(25)	-	-
Total Não Circulante	25	25	(25)	-	-

O saldo em 30 de setembro de 2013 é composto por valores a vencer e a Companhia entende que a PCLD constituída no não circulante em 30 de setembro de 2013 é suficiente para refletir a expectativa de perdas.

6 Rendas a receber

	30/09/2013	31/12/2012
Lajeado Energia	12.866	16.629
Paulista Lajeado Energia	1.234	1.594
CEB Lajeado	3.525	4.556
	17.625	22.779

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, sendo Lajeado Energia, Paulista Lajeado Energia e CEB Lajeado, frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 9).

O contrato de arrendamento foi aditado em 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,33% corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

Desta forma, no ano de 2013, com a aplicação do CA, foi verificada a cobrança a maior no ano de 2012, sendo esta diferença abatida no cálculo do arrendamento, reduzindo portanto o saldo deste exercício.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2012	Adição	Atualização monetária	Adianta- mentos / Pagamen- tos	Compensa- ção de tributos	Transfe- rência	Saldo em 30/09/2013
Ativo - Compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social	33		22	15.925	(435)	(15.512)	33
PIS e COFINS		601			(2)	(395)	204
IRRF sobre aplicações financeiras	412	222				(412)	222
Outros	8						8
Total	453	823	22	15.925	(437)	(16.319)	467
Circulante							
	453						467
Total	453						467
	Saldo em 31/12/2012	Adição	Adianta- mentos / Pagamentos	Compem- sação de tributos	Reclassifi- cação	Transfe- rência	Saldo em 30/09/2013
Passivo - a recolher							
Imposto de renda e contribuição social	9.477	27.075	(9.476)			(15.924)	11.152
ICMS sobre diferencial de alíquota	20	156	(106)				70
PIS e COFINS	1.985	15.159	(14.712)	(437)		(395)	1.600
ISS	57	121	(155)		(12)		11
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	13	360	(358)				15
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	29	103	(108)				24
IRRF sobre juros s/ capital próprio	9.278	(441)	(8.837)				
Outros	399	2.026	(2.164)		12		273
Total	21.258	44.559	(35.916)	(437)	-	(16.319)	13.145
Circulante							
	21.258						13.145
Não circulante							
Total	21.258						13.145

IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2012 aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, com retenção de R\$ 8.837, conforme legislação (Nota 18.2) liquidado em janeiro de 2013.

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Do saldo líquido de R\$12.313, a Companhia possui créditos fiscais diferidos no valor de R\$1.947, incidentes sobre diferenças temporárias, sobre as quais foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

8.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Nota	Passivo			Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro		
		31/12/2012	30/09/2013		2013		2012
		Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças Temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(12)	(6)	(2)	(8)	(4)	6
Benefício pós-emprego		(332)	(283)	(102)	(385)	53	46
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas		(855)	(1.143)	(411)	(1.554)	699	591
Total diferenças temporárias		(1.199)	(1.432)	(515)	(1.947)	748	643
Diferenças Temporárias - RTT							
Licenças ambientais - CPC 25		1.775	1.629	586	2.215	(440)	(756)
Uso do bem público - CPC 25		(10.387)	(7.993)	(2.878)	(10.871)	484	601
Instrumentos financeiros - CPC 39	8.1.1	24.429	16.849	6.066	22.915	1.514	816
Benefícios a empregados - CPC 33 (R1)			1		1		(6)
Total diferenças temporárias - RTT		15.817	10.486	3.774	14.260	1.588	655
Total Passivo Diferido		14.618	9.054	3.259	12.313		
Receita/Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos						2.306	1.298

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos do período foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do período em R\$2.306.

8.1.1 Instrumentos financeiros - CPC 39

As diferenças temporárias provenientes de Instrumentos financeiros - CPC 39, referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39 (Nota 13).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação, e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 30/09/2013	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) nos Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de	
					30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012	2013	2012
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	EDP Bandeirante	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	137,07	146	151			1.134	1.063
	EDP Bandeirante	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	137,07	17	4			156	132
					<u>163</u>	<u>155</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.290</u>	<u>1.195</u>
Rendas a receber										
Arrendamento UHE Lajeado	Lajeado Energia	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		12.866	16.629			105.082	135.814
	CEB Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		3.525	4.566			28.790	37.209
	Paulista Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		1.234	1.594			10.076	13.023
					<u>17.625</u>	<u>22.779</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>143.948</u>	<u>186.046</u>
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13	EDP Energias do Brasil	01/07/2012					86	475	(707)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condomínios, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.807/13	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				52	12	(139)	(99)
Prestação de serviços de consultoria ambiental	Energest	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014				16		(156)	(156)
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012							(364)
	Lajeado Energia	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012							(3.245)
					<u>-</u>	<u>-</u>	<u>154</u>	<u>487</u>	<u>(1.002)</u>	<u>(3.864)</u>
Total					<u>17.788</u>	<u>22.934</u>	<u>154</u>	<u>487</u>	<u>144.236</u>	<u>183.377</u>

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP – Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da Holding que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho 174, de 18 de Janeiro de 2012.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa 334/2008, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848, de 2004, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, através do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu às minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, firmados entre a Companhia e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do art. 27 da Resolução Normativa nº 334/2008, alterada pela Resolução Normativa nº 489/2012.

Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL através do Ofício Circular nº 883/2012, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protocolar manifestação de interesse impreterivelmente até o dia 11 de outubro de 2012, motivo pelo qual no dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, para que o contrato tenha vigência apenas a partir de 01 de julho de 2012 e para o período de 01 de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumidos integralmente pela controladora EDP - Energias do Brasil S.A., com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do art. 27 da Resolução Normativa nº 334/2008, alterada pela Resolução Normativa nº 489/2012, os quais foram anuídos através do Despacho ANEEL Nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura: Os gastos ocorridos entre os meses de abril e maio de 2013 foram compartilhados conforme Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011.

Em junho de 2013, em função da mudança de endereço da sede social do Grupo EDP em São Paulo, foram firmados Termos Aditivos aos Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura que tratam da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

Em 7 de agosto de 2013, a ANEEL, por meio do Despacho nº 2.807/13, anuiu os 2ºs Termos Aditivos aos Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura entre o Grupo EDP e suas controladas, com vigência até 31 de dezembro de 2014, vedada a renovação. Os gastos ocorridos entre os meses de junho e julho de 2013 foram assumidos integralmente pela controladora.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 25.2).

9.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP Energias do Brasil S.A.

9.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia estão sob controle comum, exceto pela EDP Energias do Brasil S.A. que é sua Controladora final e as companhias que compõem o Consórcio Lajeado: Lajeado Energia S.A, sua controladora direta, CEB Lajeado S.A e Paulista Lajeado Energia S.A, acionistas não controladores.

9.3 Remuneração dos administradores

9.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal

(l) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

Conselho Fiscal

Remuneração Fixa: 100%

9.3.2 Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013 (em R\$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	1 (*)	2 (**)	5 (***)	8
Remuneração fixa (em R\$)	60.169	253.759	85.500	399.428
Salário ou pró-labore	50.141	211.466	71.250	332.857
Encargos sociais	10.028	42.293	14.250	66.571
Valor Total da remuneração	60.169	253.759	85.500	399.428

(n/a) = Não Aplicável

(*) Das 03 posições do Conselho de Administração, apenas 01 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do conselho de administração é de até R\$100.000,00 para o período de abril de 2013 a março de 2014, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 8 de abril de 2013.

(**) Das 07 posições da Diretoria Estatutária, apenas 02 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é até R\$300.000,00 para o período de abril de 2013 a março de 2014, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 8 de abril de 2013.

(***) Das 05 posições do Conselho Fiscal, todos os membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros do conselho fiscal é de até R\$108.000,00 para o período de abril de 2013 a março de 2014, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 8 de abril de 2013.

(l) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Previdência Privada e Vale Refeição.

9.3.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal referente ao período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2013 (em R\$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	1	2	5
Valor da maior remuneração individual	60.169	171.036	17.100
Valor da menor remuneração individual	60.169	82.723	17.100
Valor médio da remuneração individual	60.169	126.879	17.100

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10 Imobilizado

	30/09/2013				31/12/2012			
					Reclassificado			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.510		114.510		114.518		114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	688.262	(149.423)	538.839	2,00	688.262	(139.142)	549.120
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,26	332.239	(87.656)	244.583	3,25	332.237	(82.069)	250.168
Máquinas e equipamentos	5,09	402.201	(126.159)	276.042	5,07	402.152	(117.035)	285.117
Veículos	14,29	1.090	(928)	162	14,29	984	(897)	87
Móveis e utensílios	11,46	1		1	11,46	1		1
		<u>1.538.303</u>	<u>(364.166)</u>	<u>1.174.137</u>		<u>1.538.154</u>	<u>(339.143)</u>	<u>1.199.011</u>
Sistema de transmissão associada								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	8.329	(3.844)	4.485	3,71	8.379	(3.658)	4.721
Máquinas e equipamentos	3,92	72.800	(23.553)	49.247	3,66	72.799	(21.674)	51.125
		<u>81.129</u>	<u>(27.397)</u>	<u>53.732</u>		<u>81.178</u>	<u>(25.332)</u>	<u>55.846</u>
Administração								
Máquinas e equipamentos	13,79	1.395	(1.112)	283	13,74	1.370	(1.022)	348
Veículos	14,29	677	(299)	378	14,29	678	(227)	451
Móveis e utensílios	6,25	537		184	6,29	538	(333)	205
		<u>2.609</u>	<u>(1.764)</u>	<u>845</u>		<u>2.586</u>	<u>(1.582)</u>	<u>1.004</u>
Total do Imobilizado em serviço		<u>1.622.041</u>	<u>(393.327)</u>	<u>1.228.714</u>		<u>1.621.918</u>	<u>(366.057)</u>	<u>1.255.861</u>
Imobilizado em curso								
Geração								
Terrenos (Nota 16.1.1.2)		14.305		14.305		14.209		14.209
Outros		20.456		20.456		16.766		16.766
		<u>34.761</u>	<u>-</u>	<u>34.761</u>		<u>30.975</u>	<u>-</u>	<u>30.975</u>
Total do Imobilizado em curso		<u>34.761</u>	<u>-</u>	<u>34.761</u>		<u>30.975</u>	<u>-</u>	<u>30.975</u>
Total do Imobilizado		<u>1.656.802</u>	<u>(393.327)</u>	<u>1.263.475</u>		<u>1.652.893</u>	<u>(366.057)</u>	<u>1.286.836</u>

De acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09.

A movimentação do imobilizado no período é a seguinte:

	Valor líquido		Transfe- rência do intangível em curso	Depreciação	Baixas	Reclassifica- ção	Valor líquido
	31/12/2012	Aquisições					30/09/2013
Imobilizado em serviço							
Terrenos	114.518				(8)		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	549.120			(10.281)			538.839
Edificações, obras civis e benfeitorias	254.889			(5.796)	(25)		249.068
Máquinas e equipamentos	336.590		25	(11.069)	26		325.572
Veículos	538		106	(104)			540
Móveis e utensílios	206			(20)	(1)		185
Total do imobilizado em serviço	<u>1.255.861</u>	<u>-</u>	<u>131</u>	<u>(27.270)</u>	<u>(8)</u>	<u>-</u>	<u>1.228.714</u>
Total do Imobilizado em curso	<u>30.975</u>	<u>3.920</u>	<u>(106)</u>	<u></u>	<u>(28)</u>	<u></u>	<u>34.761</u>
Total do imobilizado - tangível	<u>1.286.836</u>	<u>3.920</u>	<u>25</u>	<u>(27.270)</u>	<u>(36)</u>	<u>-</u>	<u>1.263.475</u>

Para o período findo em 30 de setembro de 2013 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma em 30 de setembro de 2013 entendemos que, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e portanto não houve necessidade de proceder o teste de recuperabilidade dos ativos pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11 Intangível

	30/09/2013				31/12/2012			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	974	(847)	127	20,00	975	(802)	173
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(7.666)	12.471	3,22	20.137	(7.180)	12.957
		21.111	(8.513)	12.598		21.112	(7.982)	13.130
Sistema de transmissão associada								
Servidão permanente		111		111		111		111
		111	-	111		111	-	111
Administração								
Software	20,00	466	(255)	211	20,00	414	(190)	224
		466	(255)	211		414	(190)	224
Total do Intangível em Serviço		21.688	(8.768)	12.920		21.637	(8.172)	13.465
Intangível em curso								
Geração		12.511		12.511		12.508		12.508
Administração		143		143		165		165
Total do Intangível em Curso		12.654	-	12.654		12.673	-	12.673
Total do Intangível		34.342	(8.768)	25.574		34.310	(8.172)	26.138

A movimentação do intangível no período é a seguinte:

	31/12/2012		Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações e amortizações	30/09/2013	
	Valor líquido	Ingressos			Baixas	Valor líquido
Intangível em serviço						
Software	397		51	(110)		338
Servidão permanente	111					111
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	12.957			(486)		12.471
Outros Intangíveis em curso	12.673	58	(76)		(1)	12.654
Total do Intangível	26.138	58	(25)	(596)	(1)	25.574

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de conexão e de transmissão associadas à geração de energia da Companhia, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes, não são amortizadas.

Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Do montante de R\$12.654, relativo ao Intangível em curso, R\$12.450 refere-se a gastos com estudos, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE – Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo e homologado junto à ANEEL.

12 Fornecedores

	Circulante	
	30/09/2013	31/12/2012
Suprimento de energia elétrica		1
Encargos de uso da rede elétrica	154	152
Operações CCEE	1	93
Materiais e serviços	2.583	4.604
Total	2.738	4.850

Notas Explicativas

13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
13.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	30/09/2013				31/12/2012			
				Encargos		Principal		Encargos		Principal	
				Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total
Ações recebíveis cumulativa	Ajuste a valor presente das ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39	8,70% a.a.	Dividendos anuais	13.289	45.067	31.580	89.936	11.849	52.331	21.293	85.473
Total				13.289	45.067	31.580	89.936	11.849	52.331	21.293	85.473

A forma de realização das dívidas é ao custo.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no período:

	Valor líquido em		Juros provisio- nados	Transferên- cias	Ajuste a valor de mercado	Valor líquido em	
	31/12/2012	Pagamentos				30/09/2013	
Circulante							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							
Juros	11.849	(11.849)	8.366	4.923			13.289
	11.849	(11.849)	8.366	4.923	-		13.289
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							
Principal	21.292				10.288		31.580
Juros	52.332			(4.923)	(2.342)		45.067
	73.624	-	-	(4.923)	7.946		76.647

13.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de Moeda
	Nacional
Circulante	
2013	13.289
	13.289
Não circulante	
2014	5.900
2015	3.257
2016	3.995
2017	3.675
2018	3.381
2019 até 2023	13.253
2024 até 2028	8.733
2029 até 2032	34.453
	76.647
Total	89.936

14 Encargos regulamentares e setoriais

	Nota	Saldo em		Atualização Monetária	Pagamentos	Baixa	Saldo em	
		31/12/2012	Adições				30/09/2013	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		49	168		(194)			23
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	14.1	631	1.472	31	(937)	(25)		1.172
Taxa de fiscalização - ANEEL		2	13		(13)			2
Total		682	1.653	31	(1.144)	(25)		1.197
Circulante		348						581
Não circulante		334						616
Total		682						1.197

14.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à Pesquisa e Desenvolvimento. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos, que são alocados na rubrica Serviços em curso, e são baixados quando da conclusão dos projetos de P&D. Pela resolução Normativa nº 504/12, a receita de arrendamento passou a ser incluída na base de cálculo do P&D.

15 Uso do bem público

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

Em 30 de setembro de 2013 todas as parcelas encontram-se segregadas no circulante e não circulante não tendo ocorrido, no período, pendências de pagamento.

O valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 11) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do Uso do bem público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e para a apuração do valor justo, foi considerado o CPC 38.

Segue abaixo movimentação no período:

Principal	Não circulante	
	Circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.894	39.612
Ajuste a valor presente		802
Encargos e atualizações monetárias	408	2.459
Amortizações	(2.732)	
Transferência para o circulante	2.710	(2.710)
Saldo em 30 de setembro de 2013	4.280	40.163

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			8.176	7.629
Licenças ambientais	5.649	7.496	5.755	5.449
Total	5.649	7.496	13.931	13.078

16.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

16.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Instâncias	Passivo					Ativo		
		Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas		Atualizações Monetárias	Saldo em 30/09/2013	Depósito Judicial	
				Pagamentos	Reversões			30/09/2013	31/12/2012
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	1.746	255	(121)	(1.111)	(217)	552	522	996
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	4.383	2.711	(5.072)	(483)	4.585	6.124	28	
Outros		1.500					1.500		
Total		7.629	2.966	(5.193)	(1.594)	4.368	8.176	550	996
Circulante									
Não circulante		7.629					8.176		
Total		7.629					8.176		

16.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

16.1.1.2 Cíveis

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 30 de setembro de 2013 é de R\$14.305 (R\$14.209 em 31 de dezembro de 2012) e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 10).

16.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas informações contábeis intermediárias, demonstrados a seguir:

	Instâncias	Ativo			
		30/09/2013	31/12/2012	Depósito Judicial	
				30/09/2013	31/12/2012
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	72	60	34	36
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	84.801	87.679	1	32
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	860	930		
Total		85.733	88.669	35	68

16.1.2.1 Cíveis

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório da usina ou que pretendem majorar indenizações recebidas por conta do citado enchimento, no montante de R\$84.303 em 30 de setembro de 2013 (R\$87.505 em 31 de dezembro de 2012).

16.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cível em andamento, cuja perda foi estimada como remota, o saldo dos depósitos judiciais em 30 de setembro de 2013 é de R\$2 (R\$53 em 31 de dezembro de 2012), correspondentes a ações trabalhistas.

16.2 Licenças Ambientais

O montante de R\$11.404 em 30 de setembro de 2013 (R\$12.945 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorreram contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Assistência médica Lei nº9.656/98	19	19	1.113	957
Previdência Privada - EnerPrev	7			
	26	19	1.113	957

17.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do período de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e a Companhia administra um plano PGBL contratado este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamento do plano.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no período com R\$69 (R\$33 em 30 de setembro de 2012).

Esse plano tem a adesão de 31 colaboradores.

17.2 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício Definido

Em 13 de dezembro de 2012 foi aprovada a deliberação CVM nº 695 que alterou o CPC 33 para versão (R1) com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2013. Deste modo, os custos dos serviços passados passaram a ser reconhecidos integralmente no resultado do período em que ocorrem. A Companhia aplicou retrospectivamente ao exercício de 2011, data em que ocorreu o evento, esta mudança de política contábil baseada no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed, está enquadrado nesta legislação.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 30 de junho de 2013 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações do plano:

	31/12/2012	Despesa líquida reconhecida no período	(Ganho)/Perda Atuarial	30/09/2013
Assistência Médica e Odontológica	976	84	-	1.060
	976	84	-	1.060

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo acumulado de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social transferido de Outros resultados abrangentes para conta Reserva de lucros (Nota 18.3.2) somam em 30 de setembro de 2013 R\$252 (R\$254 em 31 de dezembro de 2012).

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

De acordo com Estatuto Social, o capital social é de R\$961.794. Para fins de demonstrações contábeis, o capital social apresentado pela Companhia em 30 de setembro de 2013 é de R\$804.459 (R\$804.459 em 31 de dezembro de 2012) que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 30 de setembro de 2013 de R\$157.335 (R\$ 157.335 em 31 de dezembro de 2012) ajustado a valor presente é correspondente às ações preferenciais das classes "A", "B" e "C". Devido à suas características, essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39 (notas 13 e 24.2).

A composição do capital social em 30 de setembro de 2013 segue conforme demonstrado a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2012:

	30/09/2013											
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
Acionistas												
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A. Companhia Paranaense de Energia - COPEL	293.608	73,00	186.559	73,00	6.685	41,04	3.764	73,00			490.616	62,39
Fumas Centrais Elétricas S.A.					6.425	39,45					6.425	0,82
Outros					1.650	10,13					1.650	0,21
	402.202	100%	255.560	100%	206	1,25	5.156	100%	71.252	66,47	71.458	9,09
					16.289	100%			107.199	100%	786.406	100%

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada período serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- 5% da Reserva legal, que não excederá 20% do Capital social;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
- serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da Reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em períodos anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em períodos anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;
- no período em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do período, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76;
- o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de Administração, poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

	<u>31/12/2012</u>
Lucro líquido apurado	94.117
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(4.706)</u>
	89.411
Destinação do lucro:	89.411
Dividendos intermediários - JSCP	47.911
Dividendo Adicional Proposto	41.500
Quantidade de ações	<u>786.406.270</u>
Dividendos por ação - R\$ - JSCP	<u>0,00006</u>

De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

18.2.1 Dividendos

Em 08 de abril de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, a destinação do lucro líquido com distribuição de dividendos no valor de R\$31.751 aos acionistas detentores de ações ordinárias, dividendos no valor de R\$9.748 aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", JSCP no valor de R\$47.911 aos acionistas detentores de ações ordinárias e JSCP no valor de R\$13.940 aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C" referentes ao exercício de 2012 a serem pagos no decorrer do exercício de 2013, sem ajuste, à acionista titular de ações ordinárias da Companhia na data-base da Assembleia Geral Ordinária.

	<u>Passivo</u>				
	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>30/09/2013</u>
Lajeado Energia S.A.	29.729	23.178	(29.729)		23.178
CEB Lajeado S.A.	8.145	6.350	(8.145)		6.350
Paulista Lajeado Energia S.A.	2.851	2.223	(2.851)		2.223
Acionistas não controladores	2.605		(440)	453	2.618
Total	<u>43.330</u>	<u>31.751</u>	<u>(41.165)</u>	<u>453</u>	<u>34.369</u>

As reclassificações referem-se a diferença entre o valor registrado como dividendo a pagar em 2012 aos não controladores que são isentos de Imposto de Renda na fonte, dessa forma efetuamos o pagamento do valor retido anteriormente.

18.3 Reservas

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações	18.3.1	14.473	14.473
		<u>14.473</u>	<u>14.473</u>
Reservas de lucros			
Reserva legal		26.693	26.693
Retenção de lucros	18.3.3	137.848	128.099
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	18.3.4	94.569	94.569
Dividendo adicional proposto			41.500
Outras reservas de lucros	18.3.2	(252)	(254)
		<u>258.858</u>	<u>290.607</u>
Total		<u>273.331</u>	<u>305.080</u>

18.3.1 Reservas de capital

O valor de R\$14.473, refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

18.3.2 Outras reservas de lucros

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.3.3 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

18.3.4 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

19 Receitas

	Movimentação do período			
	MWh (*)		R\$	
	01/07/2013 à 30/09/2013	01/07/2012 à 30/09/2012	01/07/2013 à 30/09/2013	01/07/2012 à 30/09/2012
Fornecimento				
Suprimento de Energia elétrica	10.705	11.393	1.538	1.460
Energia de curto prazo			31	157
Total Suprimento	10.705	11.393	1.569	1.617
Arrendamento			52.873	68.337
Outras receitas operacionais			153	179
Sub-total	10.705	11.393	54.595	70.133
(-) Deduções à receita operacional			(5.540)	(6.504)
P&D			(490)	(17)
PIS/COFINS			(5.050)	(6.487)
	10.705	11.393	49.055	63.629
	Acumulado no Período			
	MWh (*)		R\$	
	01/01/2013 à 30/09/2013	01/01/2012 à 30/09/2012	01/01/2013 à 30/09/2013	01/01/2012 à 30/09/2012
Fornecimento				
Suprimento de Energia elétrica	32.698	33.524	4.575	4.268
Energia de curto prazo			201	538
Total Suprimento	32.698	33.524	4.776	4.806
Arrendamento			158.620	205.010
Outras receitas operacionais			482	530
Sub-total	32.698	33.524	163.878	210.346
(-) Deduções à receita operacional			(16.631)	(19.505)
P&D			(1.472)	(48)
PIS/COFINS			(15.159)	(19.457)
	32.698	33.524	147.247	190.841

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

A Receita Operacional Líquida, composta, de receita de arrendamento e venda de energia, atingiu R\$147.247 na movimentação do período de 2013, com decréscimo de 22,9% em relação ao mesmo período anterior. A redução de R\$43.594 é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos (Vide Nota 6).

20 Gastos operacionais

	Movimentação do período				
	01/07/2013 à 30/09/2013				01/07/2012 à 30/09/2012
	Custo do serviço		Despesas operacionais		
Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis					
Energia elétrica comprada para revenda					
Moeda nacional	(51)				32
Encargos de uso da rede elétrica	352			352	347
Taxa de fiscalização			4	4	5
Compensações financeiras			33	33	39
	301	-	-	37	423
Gerenciáveis					
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		1.910	1.405	3.315	3.052
Material		192	50	242	246
Serviços de terceiros		1.288	2.580	3.868	2.435
Depreciação		8.972	90	9.062	8.907
Amortização		169	25	194	230
Provisão p/créd.liq.duvidosa / perdas líquidas					3
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			(432)	572	3
Aluguéis e arrendamentos			168	168	131
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(570)
Outras		4	612	616	590
	-	12.535	4.498	18.037	15.027
Total	301	12.535	4.498	18.375	15.450

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Acumulado no Período						
	01/01/2013 à 30/09/2013					01/01/2012 à 30/09/2012	
	Custo do serviço		Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Moeda nacional	70					33	
Encargos de uso da rede elétrica	1.052					1.033	
Taxa de fiscalização					13	14	
Compensações financeiras					168	188	
	1.122	-	-	-	181	1.303	1.268
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada (i)		4.457		3.745		8.202	8.752
Material		527		163		690	524
Serviços de terceiros		2.378		6.741		9.119	7.268
Depreciação		26.921		274		27.195	26.049
Amortização		510		86		596	685
Provisão p/créd.liq.duvidosa / perdas líquidas			(11)			(11)	17
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					1.004	1.004	164
Aluguéis e arrendamentos				318		318	354
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							(8)
Outras		52		1.393		1.445	1.525
	-	34.845	(11)	12.720	1.004	48.558	45.330
Total	1.122	34.845	(11)	12.720	1.185	49.861	46.598

(i) Em atendimento às melhores práticas de mercado, conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da BM&FBovespa, apresentamos o investimento em treinamento da Companhia que é dividido em: desenvolvimento de lideranças; desenvolvimento de projetos corporativos; treinamentos e seminários técnicos e comportamentais; bolsas de estudos; e desenvolvimento de idiomas. Do valor total de R\$8.202 da rubrica de Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada, R\$136 (R\$131 em 30 de setembro de 2012) referem-se a treinamentos.

21 Resultado financeiro

	Movimentação do período		Acumulado no Período	
	01/07/2013 à 30/09/2013	01/07/2012 à 30/09/2012	01/01/2013 à 30/09/2013	01/01/2012 à 30/09/2012
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	593	738	1.110	951
Variações monetárias moeda nacional				1
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	9	4	22	16
Descontos obtidos	2	7	4	7
Outras receitas financeiras	481	55	627	165
	1.085	804	1.763	1.140
Despesas financeiras				
Juros e multa sobre impostos		(7)		
Encargos de dívidas	13	(3.756)	(8.402)	(16.192)
Atualização monetária de licenças ambientais		(142)	(469)	(903)
Ajuste a valor presente - Ações preferenciais	13	(1.599)	(816)	(2.398)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		(3.834)	(368)	(931)
Atualização monetária contratos de mútuo	21.1		(1.094)	(3.608)
Atualização monetária uso do bem público	15	(1.666)	(2.163)	(3.478)
Ajuste a valor presente uso do bem público	15	(48)	299	(352)
Benefícios pós-emprego		(25)	(19)	(59)
Outras despesas financeiras		(26)	(33)	(87)
	(11.103)	(13.065)	(24.811)	(28.008)
	(10.018)	(12.261)	(23.048)	(26.868)

21.1 Atualização monetária contratos de mútuo

Os contratos de mútuo com a Controladora direta, Lajeado Energia, e com a Controladora Final, EDP Energias do Brasil foram encerrados em 08 de novembro de 2012, motivo pelo qual não incorremos com a atualização monetária dos contratos de mútuo no ano de 2013, vide nota 9.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22 Imposto de renda e contribuição social

	Movimentação do período				Acumulado no Período			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01/07/2013 à 30/09/2013	01/07/2012 à 30/09/2012	01/07/2013 à 30/09/2013	01/07/2012 à 30/09/2012	01/01/2013 à 30/09/2013	01/01/2012 à 30/09/2012	01/01/2013 à 30/09/2013	01/01/2012 à 30/09/2012
Lucro antes do IRPJ e CSLL	20.662	35.918	20.662	35.918	74.338	117.375	74.338	117.375
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(5.166)	(8.980)	(1.860)	(3.233)	(18.585)	(29.344)	(6.690)	(10.564)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes								
Doações		(50)		(18)		(50)		(18)
Despesas Inadutíveis		(3.549)		(1.278)		(3.549)		(1.278)
Gratificações a administradores	(12)	20	(5)	7	(16)	9	(6)	4
Outras								
(Adição) Reversão de diferenças permanentes		1.495		538		4		135
Ajustes na DIPJ referente período social anterior			(1)	1				2
Adicional IRPJ	7	5			18	18		
Despesa de IRPJ e CSLL	(5.171)	(11.058)	(1.866)	(3.983)	(18.208)	(32.912)	(6.561)	(11.854)
Alíquota Efetiva	25,03%	30,79%	9,03%	11,09%	24,49%	28,04%	8,83%	10,10%

23 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os períodos apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

Para o período de divulgação, a Companhia não dispunha de instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Períodos findos em 30 de setembro de	
	2013	2012
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia	49.569	72.609
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	786.406	786.406
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,06303	0,09233
ON	0,03224	0,04722
PNR	0,02048	0,03000
PNA	0,00131	0,00191
PNB	0,00041	0,00061
PNC	0,00859	0,01259

24 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

24.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	35.644	6.023	35.644	6.023
Concessionárias	580	549	580	549
Cauções e depósitos vinculados		19		19
Rendas a receber	17.625	22.779	17.625	22.779
	<u>53.849</u>	<u>29.370</u>	<u>53.849</u>	<u>29.370</u>
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	2.738	4.850	2.738	4.850
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13.289	11.849	13.289	11.849
Uso do bem público	4.280	3.894	4.280	3.894
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	76.647	73.624	76.647	73.624
Partes relacionadas	154	487	154	487
Uso do bem público	40.163	39.612	40.163	39.612
	<u>137.271</u>	<u>134.316</u>	<u>137.271</u>	<u>134.316</u>

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa são aplicadas políticas de risco da administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da instituição financeira. A Companhia apresenta saldo somente em Disponibilidade de caixa.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Na categoria de empréstimos temos constituídas ainda Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" e refere-se à emissão da Companhia, onde de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contratos de Mútuo e arrendamento, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado, contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

O valor da rubrica Uso do bem público consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para a Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Classificação dos instrumentos financeiros:

	30/09/2013			31/12/2012			
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa		35.644	35.644		6.023		6.023
Rendas a receber	17.625		17.625	22.779			22.779
Concessionárias	580		580	549			549
Cauções e depósitos vinculados			-			19	19
	<u>18.205</u>	<u>35.644</u>	<u>53.849</u>	<u>23.328</u>	<u>6.023</u>	<u>19</u>	<u>29.370</u>
	30/09/2013	31/12/2012					
Passivos financeiros							
	Outros ao custo amortizado	Outros ao custo amortizado					
Fornecedores	2.738	4.850					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	89.936	85.473					
Partes relacionadas	154	487					
Uso do bem público	44.443	43.506					
	<u>137.271</u>	<u>134.316</u>					

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no período.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
 (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
 (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no período.

	Mensuração do valor justo		
	30/09/2013	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	35.644	5.306	30.338
	<u>35.644</u>	<u>5.306</u>	<u>30.338</u>

24.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 30 de setembro de 2013 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

24.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Instrumentos financeiros ativos	CDI	4.932	4.932	1.233	2.466	(1.233)	(2.466)
	-	4.932	4.932	1.233	2.466	(1.233)	(2.466)

As curvas futuras do indicador financeiro CDI, está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O indicador CDI teve seus intervalos entre 7,75% e 10,5% a.a..

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24.4 Risco de liquidez

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), Concessionárias (Nota 5) e Rendas a receber (Nota 6). A Companhia em 30 de setembro de 2013 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

24.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

25 Compromissos contratuais e Garantias

25.1 Compromissos contratuais

Em 30 de setembro de 2013, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas informações contábeis intermediárias), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	30/09/2013				
	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	acima de 5 anos
Responsabilidades com locações operacionais	1.112	394	513	205	-
Obrigações de compra	32.046	18.432	11.083	2.520	11
	33.158	18.826	11.596	2.725	11

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas informações contábeis intermediárias, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

25.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	30/09/2013	31/12/2012
	Valor	Valor
Aval de acionista	10.649	3.055
Depósito Cauconado		19
Fiança Bancária	635	635
Garantias em recebíveis	59	59

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Depósito Cauconado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de compra e venda de energia.

Fiança Bancária: É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF.

Garantias em recebíveis: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo – no mínimo cinco anos – destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no comentário de desempenho e nas notas explicativas às informações contábeis intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Investco S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do período correspondente

As Informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao balanço em 31 de dezembro de 2012, demonstração do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

A revisão das demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão sem modificação, antes dos ajustes descritos na Nota 2.3, com data de 31 de outubro de 2012. Como parte da nossa revisão das informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2013, revisamos os ajustes nos valores correspondentes dessas informações contábeis intermediárias de 2012 e não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que tais ajustes não foram efetuados, em todos os aspectos relevantes, de forma apropriada. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre essas informações contábeis intermediárias referentes a 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre essas informações tomadas em conjunto.

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota 2.3, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 2 de maio de 2013, sem ressalva, contendo parágrafo de ênfase sobre a possibilidade de mudança do prazo estimado de vida útil para depreciação dos bens do imobilizado de geração de energia no regime de produção independente, considerando-se os fatos e circunstâncias descritos nas correspondentes notas explicativas.

Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esses assuntos.

São Paulo, 29 de outubro de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "S" TO
Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" TO

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, emitiram parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias relativas ao 3º trimestre de 2013, por considerarem que relatam a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 28 de Outubro de 2013.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

EDISON RODRIGUES
Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JONG KIM
Conselheiro Efetivo

MARCO ANTONIO VIEIRA
Conselheiro Efetivo

FLÁVIO SAMUEL DISITZER
Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM 480/2009, declaram que em 23 de outubro de 2013, reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia para o período findo em 30.09.2013.

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Paulo Eduardo de Almeida Godoy
Diretor Vice-Presidente

João Marcos Assis da Silva
Diretor Vice-Presidente

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti
Diretora Jurídica

José Cherem Pinto
Diretor Vice Presidente de Controle

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora Administrativa e Financeira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM 480/2009, declaram que em 23 de outubro de 2013, reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia para o período findo em 30.09.2013, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Paulo Eduardo de Almeida Godoy
Diretor Vice-Presidente

João Marcos Assis da Silva
Diretor Vice-Presidente

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti
Diretora Jurídica

José Cherem Pinto
Diretor Vice Presidente de Controle

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora Administrativa e Financeira